

para o presente mês de janeiro (portanto, na verdade, os salários vão de R\$ 1.400,00 a R\$ 2.400,00 apte.). Enquanto isso, um professor no topo da carreira, de nível universitário (pois, para o exercício do cargo, precisa ter curso superior), concursado, percebe o salário base de R\$ 178, 27, que, com alguns acréscimos (triênios, abono, regência de turma), pode aproximar-se de trezentos reais. Não admira, pois, que a indignação do magistério estadual já tenha chegado às ruas.

Onde não está implantado o sistema do mérito, não há democracia.

[Carta aos leitores]  
(5/1/95)

\*

### Novo governo... palavras mágicas

Sr. Redator,

O novo governo da República entrou em exercício num ambiente de forte otimismo e animosa confiança. Palavras mágicas (e vãs), *moderno*, *modernização*, *reforma* (um tanto desgastada), *mudança*, entram a flutuar no espaço político, como flocos de inebriante euforia. Por isso mesmo precisam as recém-empossadas autoridades responsáveis pelo destino desta nossa infortunada República acautelar-se urgente e prontamente contra a sensação crescente de *déjà vu* que vai tomando conta de expressivas camadas da população.

A investida contra o funcionalismo público é uma delas. Em todo início de Governo lá vem a mesma lengalenga: vamos acabar com a estabilidade do funcionalismo, vamos demitir, vamos rever os critérios de aposentadoria e agora também vamos arquivar o projeto da isonomia salarial entre os três poderes (aliás assegurada no art. 39, §1º da Constituição-Cidadã). Como se, por aí, é que fôssemos abrir caminho para a solução dos grandes problemas que nos afligem, o econômico, o educacional, o social e, *last but not least*, o moral (e não simplesmente ético).

Na verdade, o essencial não se faz (talvez porque dê trabalho): levantamento exaustivo e rigoroso dos quadros do funcionalismo público, a fim de conhecer as suas necessidades e as suas distorções, de modo que os agentes do poder público possam cumprir, com eficiência e urbanidade, os seus deveres de ofício, isto é, o serviço correto e prestante do povo que os sustenta com os seus impostos. Claro que poderia, e até em certos casos se impor, haver demissões: funcionários-fantasma (recebam sem ir trabalhar), funcionários relapsos ou desonestos, mas, para isso, existem as leis competentes.

Demais, só com a extinção de cargos excessivos, extintos à medida que fossem vagando, faria o Governo apreciável economia. Outro ponto muito importante é o restabelecimento do sistema do mérito nos três poderes (também previsto na Constituição). Não só para os cargos de carreira (aliás os mais mal pagos), mas também os de direção e assessoramento (os famosos DAS). Oh, as assessorias! Por que não se cria uma Escola de Administração Pública, destinada à formação de pessoal habilitado para o exercício de tais funções? No seu discurso de posse, fez o ministro Bresser Pereira uma distinção curiosa entre “agente administrativo” e “gerente público”. Ei-la: “os salários pagos aos agentes administrativos são iguais ou maiores do que os do setor privado, enquanto os salários dos gerentes públicos são muito menores”. Pergunta-se: Que qualificações terão esses “gerentes administrativos”, tão bem pagos? Terão entrado para o serviço do Estado mediante concurso público, como, espera-se, o fizeram os agentes administrativos?

Onde não impera o sistema do mérito, não há democracia.

[Carta aos leitores]  
(12/1/95)

\*

### **Abre-se mais uma legislatura**

Senhor Redator:

Abre-se maio uma legislatura, assumem os novos congressistas, entra em pauta a reforma constitucional. Tema prioritário, segundo anunciado, é a revisão do sistema da Previdência Social. Depois do funcionalismo público, chegou a vez dos aposentados e pensionistas.

A questão fundamental é a seguinte: a Previdência, como tanta coisa no país, está falida. O Governo não pode sequer aumentar os míseros setenta reais de salário-mínimo para outros míseros cem reais. No entanto tenho na memória (e espero que não ma traia) a informação de que o orçamento da Previdência é o segundo do país, acima inclusive dessa potência econômica que é o Estado de São Paulo! Para que ralo então escorre toda essa dinheirama? Levanta um pouco a ponta do véu o Sr. Presidente da República, na sua primeira prestação de contas ao povo que o elegeu. A culpa teria sido do Congresso passado, que aumentou não só o salário-mínimo, mas todos os benefícios em 42%, o que gerou um rombo de mais de cinco bilhões de reais no orçamento da Previdência. Quer dizer, toda casa fábula deslizou para os bolsos puídos dos velhinhos... e das velhinhas (convém evitar o machismo), que continuam a comer o bromato que o padeiro amassou.